

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 780, DE 2007

Dispõe sobre a prática da drenagem linfática manual nas Unidades de assistência de saúde do país.

**Autor:** Deputado NELSON MARQUEZELLI

**Relatora:** Deputada JÔ MORAES

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado NELSON MARQUEZELLI, visa a tornar obrigatória na rede hospitalar e ambulatorial do Sistema Único de Saúde — SUS — a prática da drenagem linfática manual.

Tal procedimento deve ser priorizado nos casos de recuperação pós-cirúrgica de mastectomia e deve ser executado por fisioterapeutas devidamente inscritos no respectivo Conselho de fiscalização profissional.

Na Justificação que acompanha a proposição o eminente Autor destaca os benefícios que o citado procedimento traz às pacientes submetidas a mastectomias.

A matéria é de competência conclusiva deste Órgão Técnico e deve ser analisada quanto ao mérito. Posteriormente a douta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação deve analisar os aspectos concernentes à constitucionalidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Não foram apresentadas Emendas no prazo de cinco sessões.

É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Indubitavelmente trata-se de proposição com grande alcance sanitário e denotadora do elevado grau de sensibilidade social de seu ínclito Autor.

É fato bastante conhecido já de há muito que a drenagem linfática manual representa um recurso assistencial inestimável para a recuperação de pacientes que apresentam linfedemas, mormente os decorrentes de cirurgias de mastectomia.

Essa medida vem se somar a outras, como a obrigatoriedade de oferecimento de cirurgia plástica reparadora às pacientes que tiveram suas mamas retiradas, de grande alcance para as mulheres brasileiras.

A introdução deste procedimento no âmbito de cobertura do SUS por certo representa mais um passo para tornar o sistema público mais equânime e eficiente.

Com efeito, o procedimento em questão integra o rol de serviços fisioterápicos e deve ser assegurado às pacientes que se submetem a mastectomias como uma intervenção indispensável.

Deste modo, não deve se admitir que fique a critério do gestor, seja ele estadual ou municipal, a decisão de incluí-lo como parte da atenção oncológica. A sua inserção e garantia em lei por certo representará um grande avanço na reabilitação de nossas mulheres mastectomizadas.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 780, de 2007.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2009.

Deputada JÔ MORAES  
Relatora